CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

15 DIAS DE LUTA

DEPOIMENTO SOBRE A GREVE NA CARAIBA METAIS DE ABRIL / 87

Publicação do CEPAS – Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Sindical, publicado em: 1987
Documento digitalizado em: 18.09.2010
Fonte: Acervo Pery Falcón

15 DIAS DE LUTA

DEPOIMENTO SOBRE A GREVE NA CARAÍBA METAIS DE ABRIL/87

A. MAX

15 DIAS DE LUTA
(Um depoimento sobre a greve da CARAÍBA METAIS,
abril de 1987)

A. MAX

uma publicação do
cepas - centro de estudos, pesquisas e assessoria sindical
caixa postal 7003 pituba
salvador - ba

SUMÁRIO

Apresentação 4
Prólogo 5
I — Antecedentes 6
II — Quando um não quer 10
III — O Confronto 15
IV — O Impasse 21
V — Desfecho Final 26
VI — Apêndice 29

O CEPAS é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do movimento sindical na Bahia, particularmente através da produção e divulgação de uma literatura de formação sindical básica, acessível aos trabalhadores.

A CARAÍBA METAIS S/A é uma das mais importantes empresas do ramo metalúrgico na Bahia.
Única empresa no Brasil voltada para a produção do cobre primário, a CARAIBA originou-se de um empreendimento do grupo Baby Pignatari, na década de 70. Atualmente é uma estatal, controlada pelo BNDES.

A CARAIBA é composta por uma mina de cobre, localizada no município de Jaguarari (BA), e por uma metalurgia, na área do Pólo Petroquímico de Camaçari.

O nível de consciência e de organização dos trabalhadores da CARAIBA tem evoluido de maneira significativa. Uma atuante Comissão de Fábrica existe desde 1985. Nesse ano os trabalhadores sustentaram uma greve durante 7 dias, que terminou parcialmente vitoriosa. Dois anos depois, em abril de 1987, eclodiu outra greve, que durou 15 dramáticos dias.

Este Caderno é um relato da greve de abril de 1987 da CARAIBA METAIS; relato pessoal, feito por um militante da base participante direto nos acontecimentos. Acreditamos que trata-se de uma importante contribuição para todos aqueles que se preocupam com a elevação do nível de consciência e de organização dos trabalhadores baianos.

Salvador, junho de 1987.

Equipe CEPAS

APRESENTAÇÃO

Apesar do avanço no espaço democrático conquistado pelos brasileiros, ainda existem dispositivos de lei que, se não chegam a impedir manifestações reivindicatórias, pelo menos permitem que as retaliações por parte dos patrões fiquem impunes. Infelizmente as leis existentes são impotentes para fazer prevalecer a justiça quando ela é requerida. Os fatos que sucederam à justa greve dos trabalhadores da Caraíba Metais servem como exemplo gritante do desrespeito à lei, impune com o beneplácito da Justiça do Trabalho.

É incrível como, embora se fale tanto em progresso social no Brasil, os dirigentes patronais teimem em dar aos movimentos grevistas um caráter de baderna social e, irracionalmente, considerá-los como "um caso de polícia", quando são eles mesmos que lançam os trabalhadores na luta por melhorias salariais.

Talvez por isso mesmo as greves, consideradas pelo trabalhador como seu último recurso, quase sempre assumem um aspecto de choque entre empregados e patrões, cuja gravidade é medida pela intransigência destes últimos. Sua prepotência, o desprezo que eles têm demonstrado para com os trabalhadores e para com suas organizações, têm levado os operários a serem mais unidos e combativos.

Quanto ao movimento paredista ocorrido na Caraíba Metais, não foi um fato isolado e inconsequente, ele só chegou a ser despertado dada a posição de indiferença com que os trabalhadores foram tratados e também veio a recrudescer graças à intransigência por parte dos dirigentes da Empresa.

Se, entretanto, no decorrer do movimento, os ânimos dos trabalhadores chegaram a se exaltar em palavras, nas ações eles se mostraram ordeiros, pacíficos e respeitadores. Tal não foi a atitude de alguns chefes que partiram para atitudes indelicadas e provocadoras.

Mas, o mais grave em tudo foi o prejuízo material e econômico imposto à Empresa por parte de seus dirigentes; afinal de contas, para um país em crise econômica, o fato de uma empresa estatal causar uma perda diária acima de um milhão de dólares deveria ser considerado uma coisa séria. Entretanto, é digno de se estranhar com que naturalidade tais prejuízos são assimilados pelos órgãos superiores que controlam as estatais, sem que ao menos seus dirigentes sejam admoestados como causadores dos danos.

Por tudo isso, os fatos aqui narrados deverão servir muito mais como um alerta aos dirigentes da Caraíba Metais do que propriamente um relato histórico da greve relatado aos seus trabalhadores atuais e futuros.

Salvador, junho de 1987
COMISSÃO DE FÁBRICA DA CARAIBA METAIS

Por haverem se mostrado coerentes com a luta de todos, combativos e de espírito altruista, alguns dos nossos companheiros da Metalurgia e da Mina Caraiba foram perseguidos e injustamente demitidos. Por estarem acima dos demais, quanto ao desprendimento e nobreza dos seus atos, a eles dedico o presente trabalho.

A. MAX

PRÓLOGO

Ao absorver as corporações artesanais e concentrar os trabalhadores sob um mesmo teto, o nascente sistema burguês do século XV engendrou desde o seu nascedouro uma contradição indissociável ao Capitalismo: apesar deste caráter coletivo do trabalho, sua finalidade não era outra senão a apropriação da força de trabalho, mas a união das pessoas permitiu também a união de idéias e facilitou aos trabalhadores a criação de associações destinadas a agir em defesa de seus interesses.

De lá para cá a indústria modernizou-se e inúmeras práticas de racionalização da produção, aliadas a conceitos filosóficos, procuraram estabelecer uma disciplina produtiva com uma indisfarçável intenção de prejudicar a unidade da classe operária. Entretanto, a forma da elaboração industrial compõe-se de operações interdependentes, isto é, um trabalhador depende do outro a fim de se chegar ao produto final. Isto torna difícil, senão impossível, evitar-se o desenvolvimento de uma solidariedade entre os operários. É a contragosto que os patrões vêem isto e sempre fizerám o máximo para anular tal sentimento. Hoje em dia já é possível notar que a distância entre o trabalhador braçal e o burocrata está muito mais próxima do que num passado distante; prova disto é a mistura heterogênea encontrada nas manifestações de protestos e greves, onde se confraternizam e se dão as mãos o humilde operário, o supervisor e o trabalhador intelectual.

– "Mas isso é inadmissível; é um perigo!" – diria um próspero diretor de indústria. E é a pura verdade! É inadmissível para ele; é um verdadeiro perigo para ele; quando as relações entre os trabalhadores passam a ser solidárias, o alicerce da exploração da mão-de-obra está minado.

A cada dia que passa, maior se torna o perigo contra a exploração do homem pelo homem, pois maior tem sido o número dos movimentos de protesto ou de reivindicação que toma conta das ruas ou de setores de trabalho, despertando os trabalhadores para a luta em prol de seus legítimos direitos.

I – ANTECEDENTES

O PLANO CRUZADO

Antes de mais nada quero afirmar que não compete a este trabalho, analisar detidamente o conteúdo, as causas e as particularidades do Plano Cruzado, estabelecido com o aval do presidente Sarney, em fins de fevereiro de 1986; o que somos forçados a apresentar, ainda que de uma forma muito elementar, são os efeitos refletidos na economia do país, doze meses após a sua decretação. Somos forçados também a reconhecer naquele plano econômico, três fatores correlatos. Primeiro: a situação econômica do país chegou a se tornar insuportável naquela ocasião, quando a inflação passou a ser incontrolável, apesar das seguidas tentativas do Governo, procurando nos empresários um "acordo de cavalheiros" e, nos dirigentes das classes trabalhadoras, um "Pacto Social" – instrumentos para refrear o remoinho inflacionário.

Tudo foi em vão! O primeiro dos instrumentos não chegou a se concretizar porque a avidez de lucros, a ganância exagerada, é a essência predominante da burguesia e o seu caráter mesquinho não comporta **cavalheiros**. Quanto aos trabalhadores, em que poderia contribuir uma classe que já vinha de longa data com seus salários aviltados por uma correção manipulada e corroídos por seis meses de inflação? Além disso, o lucro do empresário brasileiro é igual ou maior do que o lucro auferido pelos empresários de outros países; mas, os salários pagos no Brasil são irrisórios, quando se faz essa comparação. Como pois exigir sacrifícios de quem já é sacrificado? De outro lado, a certeza antecipada do lucro obtido em aplicações financeiras havia estimulado a especulação em detrimento da produção. Para que arriscar o capital na agricultura, na pecuária, na indústria ou no comércio se o dinheiro lançado na especulação tinha um retorno apreciável? Em vista de tudo isto, não se criava mais empregos; e como absorver as novas levas de trabalhadores surgidas anualmente com um crescimento populacional que representa quase três milhões?

Segundo fator: dadas as circunstâncias acima descritas, tornava-se impossível para o Governo Federal permanecer indiferente a essa situação e a nação inteira compreendia a necessidade urgente de uma reforma na política econômica. O clamor nacional teve como resposta o Plano Cruzado I, com caráter de "choque econômico" uma vez que ELIMINOU A ORTN (fator de correção e previsor do índice inflacionário); CONGELOU O PREÇO DE TODOS OS PRODUTOS, ALUGUÉIS E SALÁRIOS, POR UM ANO; estabeleceu a VALORIZAÇÃO DO CRUZADO com a tabela corretiva; INSTITUIU A OTN (com valor fixo por um ano) e RESTRINGIU AS VENDAS A PRAZO

Como já afirmei, não é objeto deste trabalho a análise do acerto ou erros contidos no Plano Cruzado I. Desejo apenas apontar o rumo que tomou o malfadado Plano e o desfecho que tornou-se inevitável. E tudo começa justamente aí, onde, aparentemente, todos os fatores geradores da inflação foram atacados de uma só vez. Só aparentemente, pois um deles ficou de fora: o serviço da dívida externa que exigia um pagamento anual de quase US$ 10 bilhões, forçando o País a limitar a sua importação e exportar o máximo que pudesse. O próprio presidente Sarney confessou arrasado que o Brasil remeteu para o exterior, só a título de dívida externa US$ 56 bilhões, de 1980 a 1985. O serviço da dívida externa chegou a exigir o desembolso de 4,7% do PIB, no ano passado. Só para se ter uma idéia mais clara, para que o Brasil pudesse pagar o serviço da dívida externa em 1985, teve que comprometer mais de 75% do superavit da balança comercial, gerado ao longo de todo o ano. Nenhuma nação agüenta vender cada vez mais e ver-se sem fundos para suas despesas. Poucas são as alternativas para se minorar esse mal: aumentar o preço dos bens de serviço (água, luz, telefone e serviço postal), dos combustíveis e/ou emitir letras de câmbio — todas estas medidas são inflacionárias.

Terceiro fator: os rumos da economia são um tanto confusos e os economistas, criando um linguajar específico ao tratar do assunto (o chamado economês), confundem ainda mais o poder de análise do cidadão comum. Mas, mesmo não compreendendo a íntegra, os trabalhadores e as donas de casa compreenderam a essência do Plano Cruzado I: se o objetivo era manter os preços das mercadorias inalterados por um ano, então estavam dispostos a apoiá-lo; e foi o que fizeram, investindo-se na função de "fiscais do Sarney".

Assim, o choque econômico embutido no Plano Cruzado I representou algo como uma corda puxada repentinamente, tendo em uma de suas extremidades todos os fatores que causaram a inflação (menos uma, como já vimos). O primeiro puxão na corda foi dado pelos ministros da área econômica, com o aval do presidente da República; os "fiscais do Sarney" deram apenas uma mãozinha.

Aos poucos foram surgindo pressões contra o Plano Cruzado I — práticas de indisciplina ao tabelamento, boicotes, sonegação etc. As chamadas classes produtoras (industriais e pecuaristas, principalmente), usaram todos os meios para se apresentarem como vítimas da reforma econômica, quando na verdade, se houve vítima, ela deve ser representada pela classe trabalhadora que só possui uma coisa para vender: sua força de trabalho. Os fatores que atuaram contra a chamada meta INFLAÇÃO ZERO, tinham e têm muito mais fôlego do que se julga e antes do final de 86, o Plano Cruzado I agonizava. O Ministro Dilson Funaro insistia veementemente em não corrigir as falhas embutidas no "pacote" e procurava agüentar a situação, pelo menos até após a eleição de 15 de novembro.

Passado o vendaval eleitoreiro, aí sim, o paciente Plano Cruzado recebeu um tratamento de choque para sair do estado de coma no qual se encontrava. Só que ainda desta vez as causas residuais do primeiro choque continuaram intocadas. Os técnicos da área econômica do Governo preferiram conter o monstro "consumo exagerado" — os automóveis, que tinham um compulsório de 24%, passaram a custar 104% mais caro, dos quais 60% só de IPI; os combustíveis tiveram um aumento de 60% nos seus preços; cigarros e bebidas tiveram seus

preços dobrados, também o preço do açúcar foi reajustado em 25% e as tarifas públicas ganharam um reajuste entre 40 e 80%. Como medida complementar, o rendimento da poupança passou a seguir a variação da LBC – Letra do Banco Central; o Cruzado passou a ter mini-desvalorização quase que diária e o BNH foi extinto, passando o seu controle para a Caixa Econômica Federal.

As medidas adotadas fizeram voltar o ciclo inflacionário logo no mês seguinte. Segundo o DIEESE, os índices inflacionários de abril a novembro de 86, que apresentavam apenas um dígito, subiu em dezembro para 15,96%. Estava restabelecida a causa maior da corrosão do poder aquisitivo das massas trabalhadoras.

As explosões grevistas pela reposição do poder aquisitivo anterior ao Plano Cruzado começaram a tomar conta das diversas categorias profissionais e até mesmo os trabalhadores da rede de supermercados Paes Mendonça, cansados da exploração que estavam sujeitos, passaram por cima de seus dirigentes sindicais e deram um grande exemplo do poder da unidade, conquistando 100% de aumento nos salários.

NA CARAÍBA METAIS

Os salários congelados em março de 1986, por força do Plano Cruzado I, tiveram um reajuste de 9,2% a partir de setembro passado; mas, o que representa este número quando os salários dos empregados da Caraíba Metais estão totalmente defasados? Na verdade, a defasagem aumentou ainda mais, pois o índice de 9,2% foi tomado de uma inflação irreal – as sonegações de mercadoria, o boicote da carne e outros atos especulativos já haviam corroído os salários num índice bem maior.

Por isso, a exemplo de outras categorias, os trabalhadores da C.M.S.A. iniciaram um movimento pela reposição salarial, exigindo 100% sobre os salários vigentes em março de 86. A pauta de reivindicação foi entregue à Empresa no dia 28 de janeiro deste ano. Desde então os dirigentes da Empresa vinham protelando a negociação e jogando a culpa nos escalões superiores em Brasília. Sempre que se acertava uma reunião com a Comissão de Negociação da Empresa, na hora marcada, ou se transferia a data, ou os componentes da Comissão de Fábrica eram recebidos com desprezo. Estes fatos foram se repetindo até que representantes da Empresa solicitaram à Comissão de Fábrica o adiamento da Assembléia dos trabalhadores, marcada para o dia 1° de março. Alegavam eles que não seria justo realizar-se uma assembléia sem ter uma resposta da Empresa para a apreciação dos trabalhadores. Em atendimento, a C.F. e os dirigentes sindicais marcaram outra data, transferindo a Assembléia para o dia 24 do mesmo mês, nas dependências do Sindicato, às 19:00h.

Chegou o dia da Assembléia e as dependências do Sindicato dos Metalúrgicos foram tomadas pelos trabalhadores da Caraíba Metais que esperavam com ansiedade uma proposta por parte da Empresa Nada! Mais uma vez os representantes dos trabalhadores não tinham qualquer documento da Empresa propondo a abertura da negociação As críticas à atitude de indiferença dos representantes da Empresa somaram se ao inconformismo dos presentes, que aprovaram por maioria absoluta a deflagração de uma **greve de advertência** para o dia 26 de

março, quinta-feira, à zero hora, caso até lá não fosse apresentada alguma proposta séria para negociação.

A SITUAÇÃO NA MINA

Os trabalhadores da metalurgia da Caraíba estavam atrasados na sua decisão; a greve de advertência fora aprovada e já estava acontecendo a partir de zero hora daquele mesmo dia (24.03), na Mina da Caraíba. A adesão fora total e contou com a participação de 100% do pessoal de turno e 80% do pessoal administrativo, inclusive o pessoal das empreiteiras.

Outras categorias também aderiram ao movimento e até mesmo os populares do Núcleo de Pilar, reforçando com os pais de alunos que decidiram não mandar seus filhos ao Colégio. Também os funcionários da Clínica São Marcos cruzaram os braços, ficando o atendimento restrito às emergências.

No decorrer da assembléia desse dia, um representante da CF da Mina esteve presente e no seu informe disse: "— Os dirigentes da Caraíba Metais tomam atitudes antipopulares e denigrem o patrimônio público. Agora mesmo está em marcha uma política de desmembramento da Mina com a Metalurgia e, se sabemos disso é através de fontes oficiosas, ninguém denuncia nada. Que interesse há por trás desta manobra? Sabemos que isso não é outra coisa senão um preparativo para a privatização da Empresa, com o possível fechamento da Mina. Isto significa em outras palavras, o desemprego de mais de um milhar de chefes de família e o desmantelamento do Projeto Caraíba".

E prosseguiu ele: "— Enquanto isso, o Hospital do Curaçá, mantido pela Caraíba e administrado pela Clínica São Marcos, também foi vítima da prepotência desses senhores em prejuízo de toda a população de Pilar. Por ordem dos diretores da Caraíba Metais, foi retirado da administração do Hospital a Clínica São Marcos e, em seu lugar, foi assinado um contrato com a Clínica Pro-Mater, ligada ao político Jutahy Magalhães e cujo sistema de trabalho promete ser ineficiente, pois sabemos que os médicos dessa Clínica ganham por produção (!), atraindo com isso, médicos de início de carreira e mal remunerados".

Os calorosos aplausos no final do informe do representante dos companheiros da Mina e do Núcleo de Pilar, foram um sinal de aprovação do movimento, por parte dos presentes.

II – QUANDO UM NÃO QUER...

Aos vinte e cinco de março, quarta-feira e véspera do dia marcado para o início da greve de advertência na Metalurgia, dirigentes da Empresa iniciaram manobras com o intuito de tentar dividir o movimento e influenciar na decisão dos trabalhadores de paralisar as atividades a partir de meia-noite.

Às nove horas da manhã, os representantes dos trabalhadores foram chamados para uma reunião de negociação com os representantes da Empresa. Entretanto, em lugar de uma proposta digna de ser levada em consideração, os negociadores da Empresa expuseram que estavam autorizados a oferecer 30% a título de periculosidade, para todos os funcionários da Caraíba, menos para aqueles que já percebiam esse direito (329 pessoas) e os que entraram com processo na Justiça do Trabalho.

À primeira vista esta proposta parecia ser atraente, pois representava um aumento real de 30% sobre o salário pago em fevereiro desse ano. Mas, examinada mais detidamente, nota-se que existe algo de estranho por trás desta proposta; afinal, há três anos os trabalhadores da Caraíba vêm lutando para adquirir o direito à periculosidade (alguns já a conseguiram e muitos outros estão com ação na Justiça) e, repentinamente, a Empresa passou a achar que todos têm esse direito – alguma coisa não estava certo! Como o número de pessoas que está com ação na Justiça não é pequeno (cerca de 500), a manobra sorrateira visava contemplar apenas uma parcela dos trabalhadores, deixando de lado aqueles que já percebem os 30% e os que aguardam a decisão da Justiça. Com esta manobra, além da economia global, a Empresa iria provocar uma cisão no movimento sindical, desmoralizando a sua liderança na área. A comprovação veio depois: uma vez apresentada a súmula da ata de reunião, constando a proposta, o representante da Empresa recusou-se a assiná-la. Já que os negociadores da Empresa negaram-se a assinar o documento onde estava inserida a proposta, a Comissão representativa dos trabalhadores deixou de considerá-la.

Mas, desesperados com a possibilidade da eclosão da greve, o Sr. Garrido (Superintendente de Recursos Humanos), acompanhado do Sr. Edson Rios, percorreu as dependências da Empresa, reunindo os setores e tentando explicar diretamente aos trabalhadores a proposta feita pela manhã e que a Comissão de Negociação rejeitara. Era a última tentativa para provocar a divisão entre os trabalhadores. Não adiantou o esforço; as pessoas que ouviram a sua exposição, fizeram-no ver que a Empresa teve dois meses de prazo para apresentar uma proposta sincera e não o fez; como, pois, discutir sobre aquilo no último instante? Além disso, fizeram-no ver também que a decisão de uma assembléia é